

FICHA TÉCNICA**Semana do Patrimônio Cultural****ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	INICIATIVA ESTRATÉGICA
Promover a defesa do meio ambiente.	Promover a preservação do patrimônio histórico e cultural.	Promover medidas extrajudiciais ou judiciais para a preservação do patrimônio histórico e cultural da Bahia.

GESTÃO DO PROJETOProjeto estratégico por adesão: **NÃO****EMENTA DO PROJETO**

O projeto Semana do Patrimônio Cultural tem por objetivo construir uma cultura institucional de preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural, através de interações e experiências em espaços de produção e reprodução da cultura, bem como por meio de debates, eventos e formações que fomentarão uma conscientização acerca da relevância dos bens culturais materiais e imateriais nas percepções de identidade e pertencimento. Considerando que a Educação Patrimonial é o meio mais eficiente de preservar o Patrimônio Cultural entende-se que um processo educativo direcionado a membros e servidores do Ministério Público do Estado da Bahia fortalece e contribui para o aprendizado organizacional, proporcionando espaços de reflexão sobre o papel dos bens culturais na preservação da memória e dos saberes. Dessa forma, espera-se construir uma cultura de sensibilidade histórica, além de subsídios e recursos teóricos para que a atuação do parquet baiano efetivamente cumpra com a responsabilidade que a Constituição Federal impõe ao Ministério Público, ao Poder Público e à sociedade como todo, no sentido de defender, promover e preservar o Patrimônio Cultural Brasileiro (arts. 127, caput, 129, III, 216, § 1º e 225).

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Cultural (NUDEPHAC) do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), criado em 2009 e situado no Centro Histórico de Salvador, tem como objetivo precípuo promover a proteção dos bens e direitos de valor histórico, artístico, estético, turístico, cultural e paisagístico do Estado da Bahia, através de ações de articulação entre as Promotorias de Meio Ambiente do Interior e da Capital, do apoio técnico - jurídico especializado (mediante a elaboração de estudos e perícias), além de promoção e integração do MPBA com instituições e a sociedade de forma a estimular a participação destas na proteção e conservação dos bens patrimoniais materiais e imateriais.

A experiência do trabalho com Patrimônio Cultural indica que o desconhecimento da importância da salvaguarda dos bens culturais (materiais e imateriais) por cidadãos, Poder Público e comunidades envolvidas são as principais razões de danos causados a esses bens. Dessa forma, constata-se a necessidade de ações direcionadas a conscientização sobre a importância do meio ambiente cultural, voltados para uma apropriação consciente desses bens culturais e possibilitando uma experiência sustentável do Patrimônio Cultural ao qual estamos todos inseridos. Portanto, é no conhecimento e na percepção da importância que se evita o dano e preserva-se o Patrimônio Cultural. Para preservar é preciso conhecer. Esse conhecer pode ser fomentado através de processos de Educação Patrimonial, educando a comunidade a vivenciar de forma plena seus direitos culturais e salvaguardar o patrimônio que lhe constitui identitariamente. Segundo o IPHAN (1999), Educação Patrimonial é um processo permanente e sistematizado de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural enquanto fonte de apreensão do conhecimento.

O aprendizado e a construção do saber ocorrem a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações culturais, em seus múltiplos aspectos, sentidos, dimensões e significados. Dessa forma, o objetivo da Educação Patrimonial é fomentar um processo ativo de apropriação e valorização da herança cultural, marcado por um diálogo com os aspectos identitários e históricos das formações sociais e culturais.

Sendo assim, Educação Patrimonial constitui uma forma de construção coletiva, democrática, transdisciplinar, formal (e não-formal) do conhecimento a partir do diálogo entre agentes educacionais, agentes de cultura e a participação das comunidades detentoras das referências culturais do território identitário e de implementação das práticas educativas. Bem entendido, a Semana do Patrimônio constitui uma importante ferramenta de promoção da Educação Patrimonial interna (mas pretensões de ser externa também, uma vez que o público interno do MPBA é composto por cidadãos), tanto de servidores como de membros do Ministério Público, voltada para a conscientização dos diversos atores ministeriais que têm a missão institucional de garantir a defesa do patrimônio cultural brasileiro.